



Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

Deputado Estadual Ricardo Nicolau - PSD

Comissão de Assuntos Econômicos (C.A.E)



PARECER

PROJETO DE LEI Nº 55/2019

PROPONENTE: Deputado Prof. THEREZINHA RUIZ

RELATOR: Deputado RICARDO NICOLAU

Institui, na rede estadual de ensino a “Semana Estadual de Conscientização do Autismo”, a ser comemorada, anualmente, a partir do dia 02 de abril, como é comemorado o Dia Mundial de Conscientização do Autismo, e dá outras providências.

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei Nº 55/2019 de autoria da Deputada Therezinha Ruiz, objetiva instituir na rede estadual de ensino a “Semana Estadual de Conscientização do Autismo” a ser comemorada, anualmente, a partir do dia 02 de abril.

O projeto em epígrafe ordena que seja integrada no Calendário Oficial de Eventos do Estado a referida semana a fim de promover atividades de cunho educativo e integrativo sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A propositura esteve em pauta, nos termos do Regimento Interno desta Casa, e não recebeu emendas ou substitutivos.

Em seguida, a matéria foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que se manifestou pela aprovação do projeto.

Nesta oportunidade, o projeto veio a Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo-nos, na qualidade de Relator, apreciá-la quanto aos aspectos definidos no artigo 27, II, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

II - ANÁLISE

A) FORMAL

A.1) Competência Objetiva e Subjetiva

A Lei Federal Nº 12.764 de 2012, em seu artigo 1º, § 2º, ordena que a pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), deve ser considerada deficiente para todos os efeitos legais.



Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

Deputado Estadual Ricardo Nicolau - PSD

Comissão de Assuntos Econômicos (C.A.E)



Sobre a pessoa deficiente, a Constituição Federal garantiu a competência concorrente dos entes da federação para assegurar a proteção e integração social.

Ora, vejamos:

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência. (g.n)”.

Destarte, conclui-se ser competente o Estado do Amazonas para assegurar a conscientização da população, sobretudo de jovens e crianças, pois estes serão o futuro da sociedade. A conscientização reduz o preconceito, e assim, garante maior convívio de pessoas deficientes com demais cidadãos civis. Integração social é a garantia de não segregação de qualquer pessoa ao acesso de recursos disponíveis a maioria da população.

Compete ao Estado adotar condições, sejam educativas, físicas ou sociais, para o ingresso de portadores de TEA ao acesso no cotidiano regular e na convivência com a sociedade.

Quanto à competência de iniciativa, é competente o Poder Legislativo para propositura da demanda, visto que o Projeto Lei em questão não dispõe sobre matérias de iniciativa privativa previstas no artigo 33, § 1º da Constituição do Estado do Amazonas.

A.2) Análise de adequação da propositura às Leis Orçamentárias Estaduais

A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019 do Estado do Amazonas prevê 15.845.000,00 (quinze milhões oitocentos e quarenta e cinco mil) reais para Apoio a Iniciativas de Inclusão Social.

O presente Projeto de Lei ordena realização de palestras, cursos e seminários educativos na rede estadual de ensino. Observa-se que o custo para efetivação do presente projeto é mínimo, portanto, apresenta compatibilidade com a Lei Orçamentária para o ano de 2019. Esta, consequentemente, está de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Orçamento Anual.

B) MÉRITO

Superadas as questões formais, passamos a discorrer acerca do mérito.

Importante salientar que o Brasil não possui números oficiais sobre a quantidade de pessoas com TEA. Não obstante, a Organização Mundial de Saúde (NOS) prevê que há cerca de 2 (dois) milhões de brasileiros afetados com o transtorno.



Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

Deputado Estadual Ricardo Nicolau - PSD

Comissão de Assuntos Econômicos (C.A.E)



O número expressivo de portadores de TEA demanda atitudes positivas do Estado. É preciso ressaltar que o princípio da isonomia, base do ordenamento jurídico brasileiro, prevê que aos desiguais sejam garantidos meios que corrijam o desequilíbrio e garantam tratamento igualitário. Não se trata de violação do princípio da igualdade, mas sim de sua efetiva aplicação.

A Constituição Federal Brasileira dispõe:

“Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

(...)

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes. (...)”

Ainda, no que diz respeito a portadores de TEA, a Lei Federal Nº 12.764/12 (Lei do Autismo) dispõe expressamente que devem ser observados os direitos à vida digna e à convivência comunitária. A Lei do Autismo, em seu artigo 4º, ordena que a pessoa autista não pode ser discriminada em razão de sua deficiência.

É dever desta Casa Legislativa aplicar medidas que previnam, e não apenas punam atitudes ilegais. Ora, não restam dúvidas que a informação e educação são chaves para prevenção.

A CF em seu artigo 227 dispõe que é dever do Estado proporcionar convivência comunitária a todas as crianças e adolescentes, e esta deve ser fornecida de forma concreta pelos Poderes. Temos o dever de aprovar normas impositivas de eficácia plena, que objetiva tornar real e não meramente retóricos os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal.

É responsabilidade deste Parlamento a proteção dos direitos dos cidadãos, sobretudo dos cidadãos hipossuficientes. Caso não sejam impetradas leis integrativas, essas crianças e adolescentes isolar-se-ão de eventos sociais e culturais, justamente pela falta de informação da população.

Posto isso, a proposta cumpre os requisitos formais e materiais para prosseguimento nas formas do Regimento Interno desta Casa Legislativa.



Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

Deputado Estadual Ricardo Nicolau - PSD

Comissão de Assuntos Econômicos (C.A.E)



III - VOTO

Ante o exposto, em vista do que compete a Comissão de Assuntos Econômicos analisar, manifesto-me **FAVORÁVEL** à aprovação do Projeto de Lei Nº. 55 de 2019.

S.R DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus, 02 de abril de 2019.



Deputado RICARDO NICOLAU
Relator